

ATUAÇÃO DA FILOSOFIA DA DIFERENÇA EM EDUCAÇÃO NO BRASIL

Angelo Vandiney Cordeiro¹

Celso Kraemer²

RESUMO: Neste artigo nos propomos a entender o percurso histórico que possibilitou a abertura para a *filosofia da diferença* nas pesquisas em *filosofia da educação* no Brasil. O objetivo é entender as condições pelas quais a entrada dessa nova perspectiva filosófica atingiu as produções e discussões em educação no Brasil e começou a ganhar visibilidade. Para efetivar esse trabalho, iniciaremos com uma breve distinção entre *filosofia da representação* e *filosofia da diferença*, mostrando as particularidades de cada abordagem. Em seguida, trataremos do processo histórico que possibilitou a incorporação da *filosofia da diferença* em eventos educacionais que, começaram a sinalizar a emergência de um novo modo de reflexão sobre a educação, isto é, a diferença presente nos debates educacionais e por fim, refletiremos sobre a implicância de cada corrente abordada no contexto educacional. A base teórica para essa produção será Gilles Deleuze e autores que estudam e aproximam filosofia da diferença e educação. O artigo é um estudo bibliográfico, com leituras e pesquisas na já mencionada área da Filosofia da Educação.

Palavras-chave: Filosofia da representação; Filosofia da Diferença; Educação; Diversidade.

ABSTRACT: In this article, we propose to understand the historical trajectory that enabled the opening of the philosophy of difference to research in philosophy of education in Brazil. The objective is to understand the conditions under which the entry of this new philosophical perspective impacted educational productions and discussions in Brazil and began to gain visibility. To accomplish this work, we will begin with a brief distinction between the philosophy of representation and the philosophy of difference, highlighting the particularities of each approach. Next, we will address the historical process that enabled the incorporation of the philosophy of difference into educational events, which began to signal the emergence of a new mode of reflection on education, that is, the presence of difference in educational debates. Finally, we will reflect on the implications of each current addressed in the educational context. The theoretical basis for this work will be Gilles Deleuze and authors who study and connect the philosophy of difference and education. The article is a bibliographical study, with readings and research in the field of Philosophy of Education.

Keywords: Philosophy of Representation; Philosophy of Difference; Education; Diversity.

1. INTRODUÇÃO

Neste artigo nos propomos a entender o percurso histórico que possibilitou a abertura para a *filosofia da diferença* nas pesquisas em *filosofia da educação* no Brasil. O objetivo é entender as configurações que as publicações tiveram em sua entrada nas discussões em educação no Brasil, quais foram suas primeiras manifestações, até o momento em que começou a ganhar visibilidade. Buscaremos mapear as

características das publicações, desde sua gênese até se tornarem parte dos estudos em filosofia da educação e mesmo em estudos em temáticas de domínios fora da filosofia. Para efetivar esse trabalho, iniciaremos com uma breve distinção entre *filosofia da representação* e *filosofia da diferença*, mostrando as particularidades de cada abordagem. Em seguida, trataremos do processo histórico que promoveu a entrada da *filosofia da diferença* em pesquisas, publicações e eventos

¹ Doutorando em Educação pela Universidade Regional de Blumenau – FURB; graduado em História pela FURB e em Filosofia pelo Centro Universitário de Brusque (UNIFEBE); professor da Escola Técnica do Vale do Itajaí - ETEVI. Email: avcordeiro@furb.br

² Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Líder do Grupo de Pesquisa Saberes de Si, vinculado ao PPGE/FURB. E-mail: celsok@furb.br

educacionais. Nossa pergunta indaga: até que ponto a Filosofia da Diferença sinaliza a emergência de um novo modo de reflexão sobre a educação, nos debates educacionais? Na parte final discutiremos os possíveis desdobramentos da filosofia da diferença no contexto educacional no Brasil. A base teórica da pesquisa é Gilles Deleuze e as publicações a serem analisadas são de autores que estudam e aproximam filosofia da diferença e educação.

Buscamos entender como duas perspectivas filosóficas historicamente constituídas, a saber, a *filosofia da representação* e a *filosofia da diferença*, constituíram formas de pensar a filosofia e a educação. Como se caracteriza o modelo de filosofia que se funda da representação e o que caracteriza seus modos de pensar a educação? Por outro lado, a *filosofia da diferença*, como uma nova compreensão de pensamento desconectado da representação, serve de contraponto ao modelo filosófico da representação, enraizado em princípios metafísicos e transcendentais? São questões que nos impulsionam nesta pesquisa e que servem de base para abordarmos a presença da filosofia da diferença sobre a educação no Brasil.

Entender o que, nessas duas perspectivas, é filosofia, possibilita compreender a diferença do modo de elas influenciarem a educação a partir de suas elaborações teóricas. Uma educação que tenha por base a *filosofia da representação*, tende a

perpetuar os modelos imutáveis do pensamento, mantendo-se presa à repetição do *Mesmo*; já uma educação que tenha por base a *filosofia da diferença* se abre à questão da diversidade, buscando incluir a diferença nas práticas da educação.

2. A FILOSOFIA DA REPRESENTAÇÃO

A filosofia historicamente foi marcada pelo predomínio das verdades universais. A tradição filosófica percorreu uma linha definida por discussões epistemológicas amparadas pelas filosofias dos modelos universais, imutáveis, uma suposta imobilidade da realidade em sua essência. Esta é a chamada filosofia da representação, com modelos metafísicos, que somente a alma dos filósofos conseguiria contemplar e revelar. Tais modelos *imortais*, *indestrutíveis* estariam salvaguardados por pensadores consagrados, como Platão e Aristóteles, afinal,

A representação começa a ser fundada em Platão: todo objeto material deve entrar em uma relação direta com um modelo, um fundamento. É preciso que ele se submeta à prova do idêntico e do mesmo para ser reconhecido, sendo que as boas cópias são aquelas que interiorizam (no sentido espiritual) essa relação (Schöpke, 2012. p. 145).

Platão fundamenta a filosofia em um modelo dualista de pensar a realidade, com dois mundos distintos, o superior, dos modelos ou ideias fixas, imutáveis, imortais, onde está propriamente a verdade, que estaria sobre o

mundo inferior, das aparências, das coisas mortais, contingentes onde reinam as frágeis opiniões.

A construção do conhecimento filosófico pelo viés identitário se assenta sobre um modelo conceitual representativo. Neste modelo a verdade precisa ser descoberta, pois seu pressuposto é de que a verdade preexiste à busca e tudo deve se adequar a ela. As coisas, em sua efetividade, são obrigadas a se encaixar na verdade que as precede, pressupondo sua existência *em si*, independente do mundo. Isto reduz a multiplicidade, a pluralidade e a inclusão a meros aspectos acidentais dos entes que, em sua essência, sempre repetem o mesmo, excluindo a possibilidade da diferença.

Constituiu-se, assim, desde a gênese da Filosofia e da ciência ocidentais, uma abordagem devotada à investigação do Mesmo, segundo os pressupostos da existência real dos universais, eternos e imutáveis modelos *sonhados* por muitos filósofos e pesquisadores, que se mantiveram subordinados a tais suposições nesta longa história. Ao tratar da filosofia da representação, Schöpke, assinala que, “confundir o pensamento com o puro ato de reconhecimento é algo deplorável - que devemos a própria filosofia e à imagem ortodoxa do pensamento que ela erigiu” (Schöpke, 2012. p. 30). No artigo “Contribuições de Deleuze e Guattari para as pesquisas em educação”, Corazza afirma que a matriz platônica:

compõe o que Deleuze denomina Imagem Dogmática de Pensamento que integra a Filosofia da Representação; a qual, junto a todas as áreas que operam com o pensamento monocentrado, positiva as Cópias-Ícones, como sucedâneos válidos do Original, enquanto teme os simulacros (fantasmas), considerados estranhos, primitivos, selvagens, desviados, divergentes e perigosos subversivos das hierarquias estabelecidas – casos perdidos, que Platão detestava e recomendava que fossem jogados nos abismos dos oceanos mais profundos ou abandonados no mais recôndito das florestas –, já que negam tanto o Original quanto as Cópias (Corazza, 2012, p. 5).

A imagem ortodoxa do pensamento efetiva-se na representação, pois pensar é raciocinar pela via da conformidade, pelo caminho das essências, pressupondo-se a existência de uma verdade a ser descoberta, modelos que norteiam o pensamento. Assim, a ortodoxia do pensamento aprisiona-se no transcendental e tudo que destoa do modelo se torna estranho e precisa ser aniquilado, apagado do pensamento.

Na mesma esteira da ortodoxia do pensamento se afigura a reconhecimento. Também ela está alocada na filosofia do Mesmo, ela “se define pelo exercício concordante de todas as faculdades sobre um objeto suposto como sendo o mesmo: é o mesmo objeto que pode ser visto, tocado, lembrado, imaginado, concebido” (Deleuze, p. 184, 2020). A reconhecimento tem sua origem histórica no platonismo, pois, “conhecer para Platão, é ‘relembrar’ é ‘reconhecer’” (Schöpke, 2012 p. 33). Fazer a reminiscência, aos moldes platônicos, é fazer a alma regredir no

tempo e lembrar das formas perfeitas contempladas no mundo das essências, do mundo inteligível, já contemplado antes da queda na sensibilidade, “a imagem do filósofo, tanto popular quanto científica, parece ter sido fixada pelo platonismo: um ser das ascensões que sai da caverna eleva-se e se purifica na medida em que mais se eleva” (Deleuze, 1974 p. 131). Portanto, pela via da identidade, do Mesmo, o exercício do pensamento está submetido aos conceitos universais que tudo representam; as individualidades não passam de meras cópias, as quais devem se reconhecer representadas no ideal de verdade, distanciando-se das diferenças, descartadas como inoportunas para a razão reconstitutiva, porque não guardam as semelhanças necessárias para o saber permanente. Brito (2016, p. 106) entende que, “com o modelo da reconhecimento, o que prevalece são as noções de modelo e cópia, assim como generalizações universais, e isso, sem dúvida, leva à negação de uma educação para a diferença”.

Neste contexto, Platão figura como um dos principais expoentes do fazer filosófico que se orienta pela compreensão representativa da realidade, exemplificada na dualidade entre a razão inteligível e a sensibilidade, âmbito no qual a ideia é considerada a própria realidade, enquanto o ente efetivo não passaria de sua cópia. Considerar a ideia a realidade e a efetividade das coisas sua aparência, meras cópias, faz do pensamento um reproduzidor de

uma verdade previamente dada, que precisa ser conhecida em sua essência imutável.

Segundo a filosofia da representação, as coisas existentes no mundo são *reconhecidas*, não em si mesmas, mas em uma suposta essência universal, numa eterna dualidade entre coisas e ideias, sensibilidade e inteligibilidade. Este é o modelo platônico da reconhecimento, “afinal, a forma da reconhecimento nunca santificou outra coisa que não o reconhecível e o reconhecido, a forma nunca inspirou outra coisa que não fosse conformidades” (Schöpke, 2012. p. 31). Ao acatar que as coisas são reconhecidas e validadas epistemologicamente em ideias preexistentes, se preconiza que existe uma essência em que tudo se liga e se acomoda, encontrando sua conformidade, seu espelho correspondente.

A conformidade do pensamento a supostos modelos universais é uma característica da filosofia da representação. Por ela se assegura identidades e fundamentos ortodoxos, formas puras de verdade que, “recorta o real e congela o objeto num ponto qualquer de sua trajetória” (Schöpke, 2012. p. 103). Como se as variações desses objetos não significassem nada, pois a verdade é fixa, em conexão com sua essência imutável, presente no mundo ideal. Assim, “a imagem do pensamento é como que o pressuposto da filosofia, precede esta; desta vez não se trata de uma compreensão não filosófica, mas sim de uma compreensão pré-filosófica (Deleuze, 1992, p. 185). A filosofia mantida refém da representação

aprisiona o pensamento condizente com o já pensado; basta a descoberta, pois a verdade e o conhecimento já foram dados de antemão. Portanto, o saber está na descoberta, não na criação.

Historicamente a filosofia da diferença esteve às margens da filosofia da representação. O predomínio da representação é visível na produção filosófica ocidental, o peso sempre pendeu para a essência conceitual representativa, o verdadeiro só encontrou reconhecimento na repetição do *Mesmo*, instância na qual a filosofia fincou suas raízes epistemológicas.

Com exceção de Heráclito, que pendeu para o devir, os demais pré-socráticos estudaram a origem das coisas, uma *arché*, um princípio fundante e unificador das coisas. Sócrates, Platão e Aristóteles erigiram suas filosofias dualistas sobre o pressuposto dos modelos universais e imutáveis, dividindo a realidade em ideias e coisas, essências e aparências, optando claramente pelas ideias fixas da representação como fundamento da realidade.

O pensamento dualista percorre toda a era medieval. A teosofia deste período teve como principais representantes Santo Agostinho e São Tomás de Aquino. Agostinho de Hipona foi o principal expoente da Patrística, tendo por base filosófica Platão. Tomás de Aquino, na Escolástica, fundamenta os estudos teológicos em Aristóteles. Com a repetição platônica e aristotélica, o pensamento medieval manteve a

fidelidade à filosofia da representação, valendo-se de estudos teológicos e teocêntricos como forma de justificar a verdade que, afinal, estaria abrigada em Deus.

Na modernidade, Descartes, mesmo com seu pressuposto metodológico da dúvida, fundamentou epistemologicamente a verdade nos universais da razão. Assim, ele também segue a via da representação com a afirmação da autonomia de um eu pensante, mantendo-se dualista entre o cogito e extensão. Kant, apesar de seu sistema da crítica, mantém a separação empírico e transcendental e o conhecimento *a priori* da razão, que tem por característica de cientificidade ser universal. Portanto, mantém-se fiel na filosofia da representação.

3. A FILOSOFIA DA DIFERENÇA

Segundo o que vimos até aqui, predominou a filosofia da representação sobre a filosofia da diferença. Afinal, qual é a diferença entre *representação* e *diferença* no campo filosófico? Enquanto a representação recorre a fundamentos e ideias abstratas e universais, buscando assegurar a verdade do Mesmo, imutável, essência imóvel, uma imagem dogmática do pensamento, a *filosofia da diferença* pensa a multiplicidade, o devir, a descentralização e o movimento como formas de pensar a realidade. Pensadores como Nietzsche, Foucault e Deleuze questionaram o modelo da representação e propuseram uma inversão desta forma de pensar, para colocar em marcha uma

filosofia criadora e imanente. Mas isto requer certa reversão da metafísica de Platão. “Que significa a ‘reversão do platonismo’? Nietzsche assim define a tarefa da filosofia ou, mais geralmente, a tarefa da filosofia do futuro. Parece que a fórmula quer dizer: a abolição do mundo das essências e do mundo das aparências” (Deleuze, 1974 p. 259). Deleuze, em *Diferença e Repetição*, ao examinar as filosofias do ocidente, mostra que a maioria delas permaneceu refém da Filosofia do Mesmo, enquanto Nietzsche e Bergson abriram-se a uma Filosofia da Diferença, contemplando as multiplicidades ao invés da Identidade.

Para Nietzsche, fazer filosofia não significa seguir um modelo pré-determinado pela razão ou pela lógica, mas um exercício de pensar de um modo que pudesse expressar a arte e a poética. Além de Nietzsche ser uma entrada para a filosofia da diferença, ele também foi inspiração para pensadores que revolucionaram e foram defensores e produtores da diferença, como Foucault e Deleuze. Este último atribui a Nietzsche grande parte de suas inspirações acerca da Filosofia das multiplicidades e da Diferença.

Como diz Deleuze, eis que surgem os gritos apaixonados... Ah! Esses sujeitos de má vontade... Por que querem mudar aquilo que todos aceitam de bom grado e sem qualquer reflexão? Quem lhes dá o direito de levantarem a voz para dizer que não sabem aquilo que “todo mundo sabe”? (Schöpke, 2012. p. 29. Aspas no original).

O que esses sujeitos de má vontade querem mudar é a maneira de fazer filosofia. Eles não partem de modelos preexistentes ao pensamento ou às próprias coisas, em uma instância abstrata. Eles priorizam a criação e as múltiplas conexões em que o pensamento acontece. O saber que se orienta por abstrações, “é a forma da representação” (Deleuze, 2012, p. 180). Partir das singularidades, manter-se nelas é uma forma de produzir a verdade, criá-la, de acordo com o ofício da filosofia, ser criação (Deleuze, 2012).

Ao romper com as ideias situadas nas alturas, Deleuze, apresenta a diferença como alternativa para o pensamento filosófico. Com isto ele se torna criador, produtor e inventivo. Essa ruptura pretende distanciar-se ou até “reverter o platonismo, no sentido de recusar o primado do original sobre a cópia e pensar a diferença em si mesma, sem a mediação de um modelo e sem subordiná-la ao Mesmo como fundamento” (Fornazari, 2011. p. 04). Segundo Silvio Gallo,

inspirado em Nietzsche, Deleuze quer inverter o platonismo. Em lugar de buscar as formas puras expressas numa única Ideia, atentar para as miríades de detalhes da sensibilidade; em lugar de buscar a contemplação do Sol, divertir-se com as múltiplas possibilidades do teatro de sombras no interior da caverna (Gallo, 2017. p. 31)

Ao problematizar a relação modelo-cópia, os filósofos da diferença põem sob suspeita a unicidade e universalidade do conceito, o qual livraria o conhecimento de todas

as diferenças, próprias da multiplicidade e pluralidade, com base nas formas perfeitas, das e ideias puras, incorruptíveis, específicas do conhecimento dos filósofos e cientistas.

Regina Schöpke entende que “para Deleuze, o pensamento (mesmo em sua função cognitiva) chega a ‘estabelecer’ a *diferença*. Só que, para ele, a diferença é o monstro, é o mal que precisa ser expiado” (Schöpke, 2012, p. 40. Parêntesis, aspas e grifos no original)³. A diferença, tratada como monstro desde Platão, foi de fato tida como inoportuna epistemologicamente, sem espaço para desenvolver-se nas discussões filosóficas e educacionais da tradição.

É muito mais fácil pensar que os indivíduos são todos iguais. Se o indivíduo pode ter uma formação idêntica, não há nenhuma ebulição, nem uma singularidade, mas um grande “Eu” cristalizado e estruturado. Tudo que pode contradizer essa lógica do fundamento deve ser suprimido e enclausurado. Com isso, a formação também está impregnada por esse preconceito, por essa fraqueza do pensamento dogmático, que dissimula, efetivamente, um fazer educativo para a criação e para a invenção (Brito, 2016. p. 106).

Apagar as singularidades e suprimir as diferenças é o que historicamente tem sido feito na educação. São desenvolvidas várias tecnologias político-pedagógicas, como as

fragmentações dos tempos, dos espaços e dos conhecimentos escolares (a arquitetura das escolas, a duração das aulas, a separação em séries, a fragmentação curricular em disciplinas), com o objetivo de formar sujeitos moldados para apagar neles as singularidades e ocultar a diferença. É mais governável um conjunto de indivíduos enquadrados a padrões do que as multiplicidades de singularidades ativas, insubmissas, criativas, que escapam da política identitária. Para a filosofia da diferença, pensar,

não tem nada de inato, nem de reconhecimento, nem se trata de responder perguntas para as quais já existem respostas, nem de pensar a partir de postulados previamente definidos; mas, pensar é criar e, portanto, trata-se de engendrar o pensar no próprio pensamento: condição de possibilidade para uma criação que merece este nome dado por um Pensamento sem Imagem (Corazza, 2012, p. 6).

Pela diferença pura⁴, pelo pensamento sem imagem, não dogmático, é possível construir maneiras de pensar enviesado, sem modelos condicionantes, o pensamento se torna livre e criativo.

Portanto, problematizar a tradição filosófica que se orientou pelos saberes conectados com a representação é uma das tarefas da filosofia da diferença. Assim,

que se seleciona: não mais os contrários de um mesmo gênero, mas o puro e o impuro, o bom e o mal, o autêntico e o inautêntico, num misto que forma uma espécie ampla demais. A pura diferença, o puro conceito de diferença, e não a diferença mediatizada no conceito em geral, no gênero e nas espécies (Deleuze, 2020, p. 91)

³ Na citação de Regina Schöpke, a expressão “para ele” se refere ao pensamento, que resiste historicamente em aceitar a diferença e não a filosofia de Deleuze, esta sim, apresenta e propõe a diferença como contraponto à identidade.

⁴ A diferença não é específica entre duas determinações de gênero, mas está inteiramente de um lado, na linhagem

“reverter o platonismo é, em primeiro lugar, destruir as essências para substituí-las pelos acontecimentos como jatos de singularidades” (Deleuze, 1974, p. 56). O acontecimento, na filosofia de Deleuze, rompe com a tradição filosófica erguida sobre o pressuposto das essências. O acontecimento postula a emergência de algo novo em cada singularidade, pondo em devir o habitual e o estabelecido. O acontecimento é o movimento de devir das singularidades, sendo base para pensar a diferença, liberando-se da infundável repetição do Mesmo, dos modelos ou essências, próprios da filosofia da representação.

4. A FILOSOFIA DA DIFERENÇA NAS PESQUISAS EDUCACIONAIS NO BRASIL

A história da filosofia se organizou tendo por base a filosofia da representação, conforme visto. Algo semelhante ocorreu com a filosofia da educação no Brasil, que repetiu esta abordagem na Colônia, no Império e na República, até fins do século XX. O que se

propõe aqui é estudar o processo de chegada da filosofia da diferença no campo da educação no Brasil, que aos poucos toma corpo e passa a ser discutida em eventos de educação, em produções acadêmicas na pós-graduação e em publicações, como livros, revistas, anais, panfletos. Este processo é um marco importante, pois o aparecimento de uma nova tendência teórica em terras brasileira sinaliza aberturas em relação à interminável repetição de modelos, produz resistências, questiona e faz pensar de uma nova maneira os rumos teóricos e práticos da educação.

Para conhecer o processo de chegada e atuação da filosofia da diferença no meio acadêmico no Brasil, fizemos uma busca em três plataformas: SIELO, BDTD e GOOGLE ACADÊMICO, com os descritores: “*Deleuze e Guattari*” e “*Filosofia da diferença e Gilles Deleuze*”, a partir de 1980. Apresentamos o resultado do levantamento na Quadro 1, com os descritores “Deleuze e Guattari” e na Quadro 2, com os descritores “Filosofia da Diferença e Gilles Deleuze” abaixo.

Quadro – 1- Descritores “Deleuze e Guattari”

Site de busca		1980/89	1990/99	2000/09	2010/19	2020/25	Total
SIELO		-	-	03	08	25	36
BDTD	Teses e dissertações	-	6	150	982	681	1819
GOOGLE ACADÊMICO		48	379	3540	15600	11400	30967
ANPEd	GT – Filosofia da Educação			3	2	1	6

Fonte: criação autoral

Quadro - 2 - Descritores “Filosofia da Diferença e Gilles Deleuze”

Site de busca		1980/89	1990/99	2000/09	2010/19	2020/25	Total
SIELO		-	-	-	2	18	20
BDTD	Teses e dissertações	-	04	39	161	121	325
GOOGLE ACADÊMICO		38	306	3720	15300	9800	29164
ANPEd	GT – Filosofia da Educação			11	11	4	26

Fonte: criação autoral

Os dados das tabelas acima explicitam um aumento significativo de pesquisas em educação que passaram a incluir a filosofia da diferença e seus autores nos trabalhos acadêmicos no Brasil. Inicialmente tímidas entradas na década de 1980. Porém a quantidade de trabalhos com essa abordagem teórica teve uma explosão, principalmente entre 2000 e 2025.

Cristiane Maria Marinho, em *Filosofia e educação no Brasil: da identidade a diferença*, faz uma abordagem histórica, mostrando as publicações que introduziram e tornaram conhecida a filosofia da diferença no Brasil. A autora aponta que “inicialmente, o livro *O Anti-édipo* foi traduzido no Brasil, em 1976, e não teve uma repercussão imediata no âmbito filosófico educacional acadêmico” (Marinho, 2014, p. 184). *O anti-édipo* é uma obra escrita por Deleuze e Félix Guattari, na França em 1972.

A professora Marlucy Alves Paraíso, em um artigo intitulado, “*pesquisas pós-críticas em educação no Brasil: esboço de um mapa*”

publicado em 2004, oferece uma ideia bastante clara sobre o início das discussões das terias pós-críticas e da filosofia da diferença no Brasil. Ela estabelece o momento do aparecimento dessas teorias, tendo por base os trabalhos apresentados na ANPEd.

Tracei um marco: o início de apresentação de trabalhos que adotam perspectivas pós-críticas na ANPEd em 1993, e analisei todo o percurso até 2003. Até 1992 não encontrei nas programações da ANPEd referências às questões colocadas pelas teorias pós-críticas. Em 1993, na 16ª Reunião Anual da Associação, dois trabalhos são apresentados (Silva, 1993; Santos, 1993). O primeiro, discute as questões centrais do pensamento pós-moderno e pós-estruturalista, mostrando as continuidades e as rupturas em relação à pedagogia e à sociologia críticas. O segundo, por sua vez, discute as relações entre poder e conhecimento com base na noção poder-saber de Michel Foucault (Paraíso, 2004, p. 285).

Sua análise dos trabalhos da ANPEd no ano de 1993 não assinala autores da filosofia da diferença, apenas menciona Michel Foucault como autor do que ela classifica como teoria pós-crítica, que teriam começado a aparecer em 1993.

Dando prosseguimento a sua análise, a autora entende que em 1993,

Identifica-se outro marco: um livro, *Teorias educacionais críticas em tempos pós-modernos*, que introduz as discussões pós-críticas no terreno educacional brasileiro. Organizado por Tomaz Tadeu da Silva (1993), reuniu oito ensaios sobre o debate em torno das relações entre o pós-modernismo e a teoria educacional. (Paraíso, 2004, p. 285).

Como se vê, a autora centra o foco em teorias pós-modernas ou pós-críticas, não mencionando filosofia da diferença. Marinho entende que “a teoria pós-crítica e a filosofia da diferença deleuziana seriam os novos referenciais contra-hegemônicos para se pensar a educação (Marinho, 2014, p. 186). No ano seguinte, na ANPEd há uma ampliação de trabalhos com *viés pós-crítico* e ocorre a publicação de outro trabalho que alude à utilização de Foucault nos estudos em educação.

Em 1994, ampliam-se os trabalhos apresentados na ANPEd com essa perspectiva e um outro livro, *O sujeito da educação: estudos foucaultianos* (Silva, 1994), divulga estudos que trabalham com o pensamento de Michel Foucault na análise da educação. Esse livro reuniu doze trabalhos escritos em uma perspectiva foucaultiana de análise da educação por pesquisadores/as educacionais de várias partes do mundo. (Paraíso, 2004, p. 286)

Com esse referencial, ocorreu a “disseminação e multiplicação das pesquisas pós-críticas em educação no Brasil” (Paraíso, 2004, p. 286). Dentre os doze autores que contribuíram para essa publicação destacamos: Jorge Larrosa, Thomas S. Popkewitz, Julia Varela e Alfredo J. Veiga-Neto.

Marinho (2014) entende que o seminário “*A verdade e as formas jurídicas*”,

realizado em 1973, na PUC do Rio de Janeiro, com publicação subsequente, é apontado como um marco divisor de águas dessa nova geração filosófica no Brasil” (Marinho, 2014, p. 185).

Uma entrada mais direta de Deleuze nas discussões sobre a filosofia da diferença no debate acadêmico no Brasil pode ser notada na publicação de *Deleuze e a filosofia*, de Roberto Machado, em 1990. Roberto Machado é um dos principais intelectuais no Brasil que discute a filosofia da diferença, inclusive, junto com Luiz Orlandi, é tradutor do livro *Diferença e repetição*, uma das principais obras de Gilles Deleuze sobre a filosofia da diferença.

Para Marinho (2014), a segunda obra de significativa importância para os estudos da filosofia da diferença no Brasil foi *Presença e campo transcendental. Consciência e negatividade na filosofia de Bergson*. Esse trabalho é fruto da tese defendida na USP por Bento Prado Jr., no ano de 1989. Prado Jr é um estudioso da obra de Deleuze, sendo o tradutor do livro, *O que é filosofia?*, escrito por Deleuze e Guatarri em 1991.

Segundo Marinho, no século XXI, “outro elemento importante que corrobora para a emergência do pensamento deleuziano na cena brasileira da filosofia da educação é o conjunto de três publicações: *Dossiê Gilles Deleuze* (2002); *Deleuze & educação* (2003) *Dossiê Entre Deleuze e a Educação* (2005)” (Marinho, 2014, p. 187). O *Dossiê Gilles Deleuze* foi organizado por Sandra Corazza e Tomas Tadeu

como um número especial da “*Revista Educação e Realidade*”, da faculdade de educação da UFGRS, composto por uma multiplicidade de escritos, dentre os quais destacamos, “Walter Kohan - com o escrito *Entre Deleuze e a Educação: notas para uma política do pensamento* - e Silvio Gallo – com *Em torno de uma educação menor*” (Marinho, 2014, p. 187). O livro, “*Deleuze e educação*”, foi publicado por Silvio Gallo, um dos estudiosos da obra desse autor no campo da educação. O *Dossiê Entre Deleuze e a Educação*, foi organizado por Tomaz Tadeu e Walter Kohan, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro em 2004.

O professor Christian Fernando Ribeiro Guimarães Vinci, em um artigo intitulado “A recepção do pensamento de Deleuze, Guattari e Deleuze Guattari na pesquisa educacional brasileira: décadas iniciais”, faz um apanhado histórico, dividindo por décadas, 1980, 1990 e 2000, a recepção do pensamento de Deleuze e Guattari nas produções em educação no Brasil. “Almejamos, com esse trabalho, apresentar um breve panorama da recepção do pensamento deleuziano, guattariano e deleuzo-guattariano no campo das pesquisas educacionais, desde a década de 1980 até a virada para os anos 2000” (Vinci, 2023, p. 04). Segundo Vinci, “Ao longo da década de 1980, deparamos com algumas citações incidentais de Deleuze ou Guattari” (Vinci, 2023, p. 08). Já na década de 1990, ocorreu uma grande produção de pesquisas e publicações no campo educacional com a

perspectiva teórica envolvendo Deleuze e Guattari. Essas discussões tinham um viés de oposição a teoria crítica, tendo, portanto, a nomenclatura de teorias pós-críticas, ou pós-estruturalistas (Vinci 2023). Porém, aos poucos estas produções,

acabariam por se dissociar dos estudos pós-crítico a partir do momento em que abdicaram de sua preocupação em renovar ou deslocar ou problematizar o paradigma anterior e passaram a procurar criar uma visada própria aos objetos da área, uma visada de teor mais poético e marcadamente expressa nas discussões metodológicas que ganharam corpo em meados da década de 2000 (Vinci, 2023, p. 10).

A visão encampada pelas novas publicações abandonam a referência meramente negativa de ser pós alguma coisa que teria sido grandiosa e começam a utilizar conceitos próprios e afirmativos da filosofia da diferença de Deleuze, como: rizoma, campo de imanência, diversidade, dentre outros, que abrem perspectivas para pensar a educação com novas abordagens, deslocando-se para novas compreensões derivadas da obra de Gilles Deleuze e Guattari.

A base para a ampliação e presença da filosofia da diferença no Brasil deve-se, em grande medida, ao trabalho de Tomaz Tadeu da Silva, na área de currículo; Daniel Lins com a *Pedagogia rizomatizada, escola do acontecimento, do devir e do afecto*; Walter Kohan e *O devir-criança do ensino, da infância e da filosofia* e Silvio Gallo, que escreveu, *Educação menor como aposta nas minorias e na*

possibilidade das diferenças, (2004) dentre outros pesquisadores que contribuíram com pesquisa sobre a obra de Deleuze no âmbito da educação.

5. CONTRIBUIÇÕES DA FILOSOFIA DA DIFERENÇA NAS PESQUISAS EM EDUCAÇÃO NO BRASIL

Segundo Deleuze (1974), pode-se pensar a filosofia a partir de duas perspectivas muito distintas: a filosofia do Mesmo e a Filosofia da diferença. Pensar a educação sob o ponto de vista de cada uma requer um olhar atento para as implicações decorrentes destes modelos. Isto implica recorrer à história para compreender qual foi o modelo que predominou e serviu de fundamento para pensar a educação.

Maria dos Remédios de Brito, entende que “a educação, sem dúvida, tem sido configurada pelo pensamento da representação, da identidade, o que leva à tentativa de negar o divergente, o risco, a capacidade de pensar fora dos moldes fixadores” (Brito, 2016. p. 104). Segundo a autora,

Há um receio ainda de pensar um tipo de constituição humana que reaja aos modelos, às determinações fechadas, às verdades determinadas, capaz de pensar a partir do movimento e dos fluxos, porque ela se fortalece em um moralismo exacerbado e tende a negar sempre os movimentos, as passagens e travessias (Brito, 2016. p. 104).

Brito mostra que a educação privilegiou a universalidade em detrimento da multiplicidade. Este seria um dos motivos pelos

quais se afirma a identidade, dando a entender que a diferença parece ser estranha à educação, pois, pela via da representação, a educação segue determinações fechadas e verdades universais.

Apresentar outras possibilidades de pensar a educação, frente aos modelos fechados que a embasam, requer uma abertura para a diferença. Ao direcionar o pensamento para *fugir* das determinações representativas, uniformizantes, valoriza-se a multiplicidade. Mas fazer esse movimento à consagrada forma do fundamento, que, “parte sempre de algo pronto, já formatado, já interpretado, modelado, que remete aos pressupostos, à representação, cujo saber impõe um dogma, sufocando o intempestivo e o inaudito” (Brito, 2016. p. 104), se torna um desafio, mas um desafio necessário para ampliar as possibilidades de pulverizar, em várias frentes, uma educação desterritorializada, que ofereça alternativas para problematizar o que tem sido a educação.

Com o desembarcar em terras brasileiras, como assinalado acima, a partir da década de 1980, a filosofia da diferença encabeça um outro olhar para as pesquisas em educação. Ela produz um desassossego, ao questionar as bases teóricas que pautavam as pesquisas em educação no país. Inicialmente tímida, como teoria pós-crítica, ou pós-estruturalistas, aos poucos se produz um enfrentamento mais profundo na educação, assumindo a linguagem própria da filosofia da diferença (Vinci, 2023). Ao apresentar a imanência ao invés da transcendência, a

diversidade em contraponto a identidade, o devir em oposição à fixidez, entre outros conceitos que postulam a criação em educação e não a interminável repetição de um modelo fixo, a filosofia da diferença movimenta um outro olhar nas pesquisas em educação. Ela não mais se realiza sobre “paradigmas arborizados do cérebro”, mas é feito com “figuras rizomáticas, sistemas acentrados, redes de autômatos finitos, estados caóides”, que se conjugam em processos criadores sobre planos de pensamento” (Corazza, 2012, p. 15).

Esses novos conceitos, ao se disseminarem nas pesquisas em educação, destoam do convencional. Ao se infiltrar no debate sobre educação, estes conceitos passam a movimentar a imobilidade do pensamento endurecido pelos longos anos de repetição da filosofia da identidade.

Silvio Gallo, em *Deleuze e a Educação*, faz quatro deslocamentos de conceitos da filosofia da diferença de Deleuze e Guattari para o campo educacional. O primeiro deslocamento versa sobre a própria filosofia, de ter como função criar conceitos. Isto mostra que a filosofia é criativa e não reflexiva por excelência. Para Gallo,

Uma filosofia da educação, nesta perspectiva seria resultado de uma dupla instauração, de um duplo corte: o rasgo no caos operado pela filosofia e o rasgo no caos operado pela educação. Ela seria resultante de um cruzamento de planos: plano de imanência da filosofia, plano de composição da educação enquanto arte, múltiplos planos de prospecção e de

referência da educação enquanto ciência(s)” (Gallo, 2017, p. 57)

A contribuição da filosofia da diferença para a educação neste deslocamento deleuziano, conforme assinalado por Gallo, seria de estimular a educação a ser criativa, despertar os educadores e educandos para a criação. Assim, podem se mover em um campo de imanência, sem hierarquias dominem as relações do exterior.

O segundo deslocamento de conceitos que Silvio Gallo apresenta é “educação menor”. A educação maior, segundo o autor, é “aquela dos planos decenais e das políticas públicas de educação, dos parâmetros e das diretrizes, aquela da constituição e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional pensada e produzida pelas cabeças bem-pensantes a serviço do poder” (Gallo, 2017, p. 64). Em contraposição, a educação menor, “é uma aposta nas multiplicidades, que rizomaticamente se conectam e interconectam, gerando novas multiplicidades (Gallo, 2017, p. 69).

Para adentrar na possibilidade de produzir uma educação menor, com base naquilo que Gallo chamou de “professor militante”, que é aquele educador que, “vivendo a miséria dos alunos ou as misérias da situação social da qual ele participa, procuraria, coletivamente, ser um vetor da produção de superação, de condições de superação dessa miséria, ser um vetor de libertação, de possibilidades de libertação” (Gallo, 2017, p. 61).

A possibilidade de pensar a educação menor, por vias da diferença, é fazer frente aos modelos educacionais que resistem e marcam agudamente seus territórios, para que eles não se movam. Portanto, a desterritorialização, característica da educação menor, estimula a multiplicidade, por vias de uma linguagem destoante, ou seja, aquela que fala pelo campo de imanência, como um cão que cava seu buraco sem saber o que vai encontrar pela frente.

O terceiro deslocamento de conceitos que Gallo (20217) apresenta é o “rizoma”. O rizoma se contrapõe à visão de conhecimento arborescente; ele não está seguro sobre raízes nem se unifica em ramificações, como historicamente foi pensada a filosofia sob a tutela cartesiana. O pensamento criativo, na perspectiva rizomática, não é hierarquizado, não tem início e fim, é intermezzo, fracionado em inúmeras interações, que se compõe na diversidade de operações, constituindo fugas e linhas de pensamento que se cruzam e operam em hecceidades.

Destituir a educação de suas profundezas fossilizadas e pensar de modo rizomático constitui-se em uma mudança, de aguda transformação. Implica, acima de tudo, reverter metodologias que se perpetuam na preservação da representação, e sufocam a diversidade que emerge em uma educação menor, espalhadas em salas de aula que podem ser protagonistas de tocas de fugas e lanças de novas possibilidades de pensar a educação.

O quarto e último deslocamento conceitual que Silvio Gallo apresenta em seu livro, é “educação e controle”. O autor parte do pressuposto que “é fato que a escola sempre tenta impor mecanismos de controle e mesmo de subcontroles” (Gallo, 2027, p. 85). Esse controle é exercido por mecanismos como: disciplinarização, poder e avaliações contínuas dos estudantes. Essas táticas produzem um estudante subalterno, compartimentado por disciplinas individualizantes que não produzem rizomas entre si, sendo também formas de manter o dualismo entre professor e estudantes, que historicamente hierarquizam e transmitem uma educação arborescente e embrutecedora.

Vince (2023), destaca a obra de Sandra Corazza, *Para uma filosofia do inferno na educação: Nietzsche, Deleuze e outros malditos*, publicado em 2002. Obras desta envergadura, segundo Vince (2023), passam a apresentar discussões destoantes da tradição em educação, infiltrando novos conceitos e propagando a diferença nas pesquisas. Neste sentido, “pesquisar não significaria mais responder perguntas de modo a se atingir um objetivo exterior, mas criar questões em diálogo com o trivial educacional, com o seu tão difamado presente” (Vince, 2023, p. 15).

Sandra Mara Corazza, destacada por Vince, denominou de “pensamento infernal”, a forma diferente de pensar a educação, tendo por base os malditos, Nietzsche e Deleuze. O pensamento infernal é instigante, caótico, liso e

perturbador da ordem, nas palavras da autora, “são multiplicidades que não se deixam dicotomizar, rizomas que não se deixam arborizar, buracos negros que não se deixam aglomerar, muros brancos que não podem ser pichados” (Corazza, 2012, p. 51).

Ser maldito, na concepção de Corazza, é não compactuar com uma proposta de educação centrada e fixada em currículos excludentes, que transcendem o humano em defesa de valores morais tradicionais que não valorizam a vida e a criação. Faz-se necessário “Um currículo que expressa o que acontece e nos acontece aí, neste preciso momento, no mundo, na história. O diabo faz do currículo um trabalho em processo, uma estrada em andamento, um mar a fluir. Todos os que trabalhamos, caminhamos, navegamos, poderemos então viver nele” (Corazza, 2012, p. 66).

Com esses novos conceitos sendo introduzidos no campo educacional, necessariamente, abre-se caminhos para um maior conhecimento do pensamento de Deluze e Guattari, e ao mesmo tempo, pode-se problematizar os modos tradicionais de pensar a educação no Brasil.

Mover os muros fixados pela cultura com base em um pensamento novo, decorrente de conceitos movediços, que propõem a diferença, é a nova proposta da filosofia da diferença. Após 1980, quando se deu sua chegada no Brasil, ela já cresceu e moveu grandes eventos e transformações no campo educacional em nosso

país. Enfim, a “filosofia da diferença nos chega como uma atitude subversiva, uma conversão do olhar ou mudança de perspectiva para pensarmos signos, situações, realidades, relações, monumentos, imaginários, palavras, lugares... nunca antes visitados” (Costa, 2013, p. 08).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A introdução da filosofia da diferença em pesquisas educacionais no Brasil a partir de 1980, como demonstrado acima, tem um profundo significado para a educação, pois alimenta o sonho da criação, do devir, da diversidade e apresenta a imanência como campo de saber inacabado. Também provoca o pensamento da diversidade e, portanto, atua positivamente sobre a temática da educação inclusiva.

O caminho liso e rizomático, apresentado pela filosofia da diferença, tira o trono da identidade que é assegurada pela representação. A tradição amparada pela sedimentação e essências petrificadas aos poucos sentem o “impacto” barulhento da mudança propagada pelo pensamento maldito da diferença (Corazza, 2012).

A história do pensamento Ocidental esteve a serviço da “essência”. Educação e educar sempre estiveram sob a égide da “verdade”, da busca pela verdade e a descoberta da verdade era o caminho da ciência. Sendo assim, a verdade era uma só, os modelos

estavam garantidos por essa concepção, modelos de pesquisador, de professor, de estudante, de ser, etc.. Mas, e a diferença? O estranho? O caótico? Ocultados, evitados e combatidos, tratados como indesejáveis, excluídos dos processos educacionais, pois traziam consigo a vergonha do não ser, a marca da incapacidade, o exemplo de derrota. Amargavam às margens periféricas de uma educação uniformizante.

A filosofia da diferença fez pensar sobre esses “simulacros” e potencializou neles a diversidade, tratou de ver a diferença em si mesma e apresentou para a educação essas novidades. Assim, o “devir-criança” de Kohan, o “pensamento infernal” de Corazza, a “educação menor” de Gallo, são exemplos de rupturas que a filosofia da diferença garantiu nas pesquisas em educação no Brasil.

A filosofia da diferença não tem a pretensão de dizer como a realidade é, ou o que é a verdade em sua essência, mas aceita o seu fora, as variáveis do pensamento em devir, um campo de possibilidades, aberto e criativo, como um devir-criança que se assume no acontecimento, sem princípios prévios ou metafísicos que exigem conformidade da ação. Assim, essa filosofia, “chega como uma atitude subversiva, uma conversão do olhar ou mudança de perspectiva para pensarmos signos, situações, realidades, relações, monumentos, imaginários, palavras, lugares... nunca dantes visitados” (Costa, 2013, p. 08).

Pensar a educação pela filosofia da diferença nunca se reduz a filiar-se em uma verdade única. Ela é sinônimo de abertura, inacabamento e aventura, pois a imanência não finca raízes e não arboresce. Ela se espalha sem início e fim, sem pontos fixos a serem resguardados pela história. Ela pronuncia, acima de tudo, a afirmação da vida em todas as suas possibilidades.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRITO. Maria dos Remédios de. A educação por vias da diferença. **Revista Signos**, Lajeado, n. 1, 2016, p. 100 – 114.

CORAZZA, Sandra Mara. Contribuições de Deleuze e Guattari para as pesquisas em educação. **Revista Digital do LAV**, vol. 5, núm. 8, março, 2012, p. 1-19.

COSTA, Gilcilene Dias da. **Labirintos do Filosofar/Pesquisar com Nietzsche e Deleuze**. 36ª Reunião Nacional da ANPED – Goiânia-GO, 29 de setembro a 02 de outubro de 2013.

DELEUZE, Gilles. **Lógica do sentido**. Tradução de Luiz Roberto salinas. São Paulo: Perspectiva, 1974.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. 2ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Tradução de Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Félix. **O que é a Filosofia?** Tradução de Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

FORNAZARI, Sandro Kobol. A crítica deleuziana ao primado da identidade em Aristóteles e em Platão. **Revista Transformação**, Marília, v.34, n. 2, 2011.

GALLO, Silvio. **Deleuze e a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

MARINHO, Cristiane Maria. **Filosofia e educação no Brasil: da identidade a diferença**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Pesquisas pós-críticas em educação no Brasil: esboço de um mapa. In: **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 122, p. 283-303, maio/ago. 2004, p. 283 – 303. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/475/479>. Acesso em: 06 de out. 2024.

SCHÖPKE, Regina. **Por uma filosofia da diferença: o pensador nômade**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

VINCI, Christian Fernando Ribeiro Guimarães. A recepção do pensamento de Deleuze, Guattari e Deleuze-Guattari na pesquisa educacional brasileira: décadas iniciais. **ACTA SCIENTIARUM. EDUCATION**, v. 45, p. e65423, 2023.